



**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO
PARA APENDICECTOMIA**

NOME: _____
DATA NASC.: ____/____/____ UNIDADE: _____
LEITO: _____ PRONTUÁRIO: _____
CONVÊNIO: _____ ATENDIMENTO: _____

Por este instrumento particular o(a) paciente _____
ou seu responsável, Sr.(a) _____, declara,
para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 do Código de Defesa do
Consumidor, que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a)
_____, inscrito(a) no CRM sob o nº _____
para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o
tratamento cirúrgico designado “**APENDICECTOMIA**”, e todos os procedimentos que o incluem, inclusive
anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional
valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o referido(a) médico(a), atendendo ao
disposto no Arts. 22 e 34 do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos), prestando as
informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre o procedimento a ser adotado no tratamento clínico
(apendicectomia) ora autorizado, especialmente as que se seguem:

DEFINIÇÃO: a cirurgia de apendicite aguda, consiste na retirada do apêndice cecal. Pode ser realizada por via
aberta (corte) ou por vídeolaparoscopia. Trata-se de cirurgia infectada de acordo com a portaria nº 2.616, de
12/05/1998 do Ministério da Saúde.

COMPLICAÇÕES:

1. Peritonite ocorre quando a infecção do apêndice se dissemina (espalha) por toda a cavidade abdominal
2. Septicemia (infecção se espalha por todo organismo podendo levar a óbito)
3. Infecção da ferida operatória e eventual necrose da parede abdominal
4. Trombose venosa profunda
5. Embolia pulmonar
6. Hérnias incisionais (no local dos cortes)
7. Fístula intestinal
8. Possibilidade de cicatrizes com formação de quelóides (cicatriz hipertrófica-grosseira)
9. Sangramento com necessidade de transfusão.

CBHPM – 3.10.03.07-9 CID- K35.0/K35.1/K35.9/K36

Infecção hospitalar: A portaria nº 2.616, de 12/05/1998 do Ministério da Saúde estabeleceu as normas do
Programa de Controle de Infecção Hospitalar (PCIH), obrigando os hospitais a constituir a CCIH (Comissão de
Controle de Infecção Hospitalar). Os índices de infecção hospitalar aceitos são estabelecidos usando-se como
parâmetro o NNIS (Nacional Nosocomial Infection Surveillance – Vigilância Nacional Nosocomial de Infecção),
órgão internacional que estabelece os índices de infecção hospitalar aceitos e que são: Cirurgias Limpas – 2%,
Cirurgias potencialmente contaminadas – 10%, Cirurgias contaminadas – 20%, Cirurgias Infectadas – 40%.

Declara, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado **não assegura a garantia de cura**, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o (a) mesmo (a) autorizado (a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento. Finalmente, declara ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível. Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Código de Ética Médica – Art. 22 - É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

Art. 34 - É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

Lei 8.078 de 11/09/1990 – Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9º - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. **Art. 39** - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

Fortaleza - CE _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) paciente e/ou responsável

RG: _____

Nome: _____

Assinatura do(a) médico(a)

CRM: _____ UF: _____

Nome: _____